

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016**

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis



Aos acionistas e demais interessados:

Prezados,

A Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 06 de novembro de 1996, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP. Compõe os serviços da concessionária:

- a) Implantação, Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Esgotos (“ETE”);
- b) Implantação de redes coletoras e estações elevatórias complementares ao sistema de esgotamento sanitário do município; e
- c) Gestão do sistema comercial de leitura, processamento, emissão e entrega de contas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como arrecadação.

Comentário de Desempenho

Durante o exercício de 2016, a Companhia concluiu a primeira etapa dos investimentos na ETE com construção de novo sistema para tratamento de efluentes por Lodos Ativados. As novas instalações foram aprovadas pela Cetesb e receberam a Licença de Operação nº 36009158, emitida em 12/07/2016 com validade até 12/07/2021.

Apesar da reestruturação das debêntures em 2014 ter permitido empenho da Companhia em investimentos na Concessão e viabilidade financeira de longo prazo, três aspectos afetaram diretamente o resultado da empresa.

Em primeiro lugar, a crise hídrica vivida desde o ano de 2014 impactou diretamente o consumo de água da população, que apresentou uma redução de 9% em média de um ano para o outro, apesar de um crescimento de 4% em número de economias. A Companhia apresentou à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ) dados da redução visando reequilíbrio contratual.

Em segundo lugar, o aumento de energia elétrica acima da inflação, desde outubro de 2014, com a implantação de bandeira tarifária em janeiro de 2015 e aumento extraordinário em março de 2015, impactou diretamente o custo da Companhia, já que a energia elétrica constitui o maior insumo dentre os custos operacionais. A Companhia vem sendo ressarcida



dos custos pela bandeira tarifária, em reequilíbrio do Contrato de Concessão estabelecido pela ARES-PCJ e o reajuste tarifário de junho de 2016 absorveu o restante dos aumentos acima da inflação. As tarifas têm apresentado redução desde outubro de 2016, com uma redução média de 24%, demonstrando um padrão de retorno aos preços anteriores à 2014.

Em terceiro lugar, a necessidade da execução do pós tratamento em lodo ativado devido às cargas poluidoras acima do previsto no Edital de Concorrência demandaram maiores investimentos que o previsto nos processos de reequilíbrio realizados no ambiente do contrato de concessão.

Reiteramos o compromisso da Companhia em prover o tratamento de 100% do esgoto coletado da cidade de Salto, dentro da área de concessão, bem como o de atingir excelência operacional com viabilidade econômico financeira dos investimentos realizados pelos debenturistas e acionistas.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sanesalto Saneamento S.A.
Salto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sanesalto Saneamento S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanesalto Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sanesalto Saneamento S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise de recuperação dos investimentos em contratos de concessão pública

Conforme divulgado na nota explicativa N° 5 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o montante de R\$ 49.493 mil registrado no Ativo Intangível, relacionado a investimentos realizados baseados em contratos de concessão de serviços de saneamento. Esses investimentos realizados possuem recuperação ao longo do contrato de concessão, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários. Essas análises de estimativas futuras de fluxo de caixa descontado a valor presente, refletem a situação de avaliação de usufruto de benefícios econômicos vinculados a esses contratos de concessão, nas quais se exige um alto grau de julgamento da Administração nas projeções de resultados. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desses ativos, baseada no método do valor em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos significativos sobre os resultados futuros do negócio.

Continuidade normal dos negócios.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo, capital circulante líquido negativo e prejuízo no exercício nos montantes de R\$ 16.201 mil, R\$ 6.735 mil e R\$ 59 mil, respectivamente. A Administração da Companhia está empenhada no sentido de reverter a situação. Conforme mencionado na nota explicativa n° 1.3 às demonstrações contábeis, a Companhia menciona as bases de sua avaliação que demonstra o equilíbrio econômico e financeiro ao longo do contrato de concessão, que depende da concretização dos eventos futuros previstos. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios, considerando o cumprimento de suas obrigações e realização de ativos ou a manutenção do suporte financeiro de seus acionistas e credores, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações.

Resposta da auditoria ao assunto

Como procedimento de auditoria para fazer frente ao conforto na manutenção do registro do saldo do referido ativo, adotamos os seguintes procedimentos: (i) a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (UGC); (ii) Questionamos as principais premissas da Administração que foram utilizadas pela empresa especializada para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em impairment do ativo intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas; e (iii) Análise da divulgação adequada desta transação, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Resposta da auditoria ao assunto

Como procedimento de auditoria para fazer frente ao conforto de manutenção do registro do saldo do referido montante, adotamos os seguintes procedimentos: (i) Leitura das Atas de Assembleia (ii) Questionamentos sobre as principais premissas adotadas e sobre o planejamento estratégico da companhia; e (iii) Análise do orçamento e dos fluxos de caixa futuros da companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstrações do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

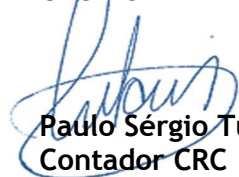
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Londrina, 27 de março de 2017.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes S.S.

CRC 2 SP 006853/F-9



Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1 SP 124504/O-9 "S" PR

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2016	31/12/2015		Notas	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		4.917	4.993	Circulante		11.652	10.111
Caixa e equivalentes de caixa	3	643	1.155	Debêntures	6	9.751	8.690
Contas a receber de consumidores	4	2.970	2.413	Fornecedores		1.014	258
Demais contas a receber		1.304	1.425	Encargos Tributários a pagar	7	111	584
				Encargos Sociais a Pagar		170	28
				Impostos e Contribuições Parceladas	7	188	-
				Demais contas a pagar		418	551
Não circulante		49.618	48.081	Não circulante		59.084	59.106
Demais contas a receber	8	70	61	Debêntures	6	55.259	57.048
Imobilizado		55	67	Provisões para Contingências	9	118	121
Intangível	5	49.493	47.953	Impostos e Contribuições Parceladas	7	673	-
				Partes Relacionadas	8	3.034	1.937
				Patrimônio líquido		(16.201)	(16.143)
				Capital social	10.1	2.000	2.000
				Adiantamento para futuro aumento de capital	10.2	12.574	12.574
				Prejuízos acumulados		(30.775)	(30.717)
Total do ativo		54.535	53.074	Total do passivo e do patrimônio líquido		54.535	53.074

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2016	2015
Receita líquida nos serviços prestados	11	23.537	23.948
Custo dos serviços prestados	12	(10.269)	(13.300)
Lucro bruto		13.268	10.648
Despesas/(receitas) operacionais		(13.327)	(13.649)
Despesas gerais e administrativas	13	(4.355)	(3.464)
Outros resultados operacionais		1	58
Resultado financeiro	14	(8.973)	(10.243)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(59)	(3.001)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro			
Corrente		-	-
Prejuízo do exercício		(59)	(3.001)
Prejuízo por ação			
Prejuízo básico por ação	16	(0,0295)	(1,5005)
Prejuízo diluído por ação	16	(0,0295)	(1,5005)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício	(59)	(3.001)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(59)</u>	<u>(3.001)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.000	12.574	(27.716)	(13.142)
Prejuízo do Exercício	-	-	(3.001)	(3.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>2.000</u>	<u>12.574</u>	<u>(30.717)</u>	<u>(16.143)</u>
Prejuízo do Exercício	-	-	(59)	(59)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>2.000</u>	<u>12.574</u>	<u>(30.776)</u>	<u>(16.202)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (valores expressos em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do Exercício	<u>(59)</u>	<u>(3.001)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	2.782	2.460
Provisão para contingências	(3)	5
Juros apropriados sobre debêntures	8.492	10.120
Juros apropriados sobre parcelamentos	46	-
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(53)	527
(Aumento)/Redução nos Ativos		
Contas à receber	(504)	(365)
Demais contas a receber e adiantamentos	247	(1.139)
Créditos tributários	(133)	-
(Aumento)/Redução nos Passivos		
Fornecedores	756	(239)
Encargos tributários a pagar	(469)	-
Salários e encargos sociais a pagar	(4)	(182)
Impostos e contribuições parcelados	816	419
Demais contas à pagar	10	544
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	<u>11.922</u>	<u>9.149</u>
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(4.310)	(7.696)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de investimento	<u>(4.310)</u>	<u>(7.696)</u>
Terceiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(9.221)	(5.032)
Acionistas		
Empréstimos entre partes relacionadas	1.096	1.937
Caixa Líquido usado nas Atividades de financiamento	<u>(8.125)</u>	<u>(3.095)</u>
Decréscimo líquido no saldo de caixa	<u>(512)</u>	<u>(1.642)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Composição do Caixa Inicial	1.155	2.797
Composição do Caixa Final	643	1.155

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas	24.920	24.548
Receitas de prestação de serviços	24.866	25.075
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	53	(527)
Insumos adquiridos de terceiros	(10.669)	(11.408)
Custos, materiais, energia, serviços e outros	(10.669)	(11.408)
Valor adicionado bruto	14.251	13.140
Depreciação e amortização	(2.782)	(2.460)
Valor adicionado líquido produzido	11.469	10.680
Valor adicionado recebido em transferência	28	478
Receitas financeiras	28	478
Valor adicionado total a distribuir	11.497	11.158
Distribuição do valor adicionado	11.497	11.158
Pessoal	1.148	1.430
Remuneração direta e benefícios	1.148	1.430
Impostos, taxas e contribuições	1.711	1.596
Impostos, taxas e contribuições	1.711	1.596
Remuneração de capitais de terceiros	8.638	8.133
Juros	8.590	10.722
Aluguéis	107	465
Outras	-	(53)
Prejuízo do exercício	(59)	(3.001)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Sanesalto Saneamento S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 06 de novembro de 1996. A sede está localizada na Rua Nove de Julho, 849, na cidade de Salto - SP. O objeto da Companhia é explorar, na qualidade de concessionária, a implantação e operação dos serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto - SP.

1.1. Contrato de concessão

O contrato de concessão, assinado em 05 de dezembro de 1996, firmado com a Prefeitura Municipal de Salto - SP, compreende:

- a) A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgoto do tipo lodo ativado, denominada E.T.E. Santa Isabel, situada na região do bairro Sete Quedas;
- b) Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existente;
- c) Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto.

Conforme aditamento contratual o prazo de concessão se encerrará no 2º semestre de 2032.

1.2. Alteração no Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Saneamento Básico

Em 30 de abril de 2011, foi realizado o 10º Termo de alteração do contrato de concessão, onde definiram-se:

- a) As tarifas a serem praticadas pela Concessionária:

Período de vigência			Tarifa por m ³ de esgoto tratado	Variação real da tarifa
jun/11	a	mai/12	2,2500	
jun/12	a	mai/13	2,3288	3,50%
jun/13	a	mai/14	2,3753	2,00%

Ressalta-se que de acordo com a cláusula contratual do referido termo, os valores das tarifas retro mencionadas serão atualizadas anualmente, conforme metodologia determinada pelo Contrato de Concessão.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Desta forma as tarifas atualizadas e praticadas até 31 de dezembro de 2016 são:

Período de vigência			Tarifa por m ³ de esgoto tratado	Variação nominal da tarifa
jan/13	a	dez/13	2,4446	
jan/14	a	set/14	2,6092	6,73%
out/14	a	mai/15	2,8009	7,35%
jun/15	a	mai/16	3,0097	7,45%
jun/16	a	jun/17	3,4901	16,30%

A tarifa é reajustada conforme previsão de fórmula contratual, a qual incorpora os índices IGP-M, IGP-DI, INPC e a tarifa de energia elétrica, com regulação da ARES-PCJ.

- b) Extensão do prazo de vigência do Período de Concessão por 60 (sessenta) meses adicionais ao prazo originalmente fixado, estendendo a concessão até o 2º semestre de 2032.

1.3. Reversão de prejuízos acumulados

A Administração da Companhia está empenhada na reversão dos prejuízos acumulados, que foram formados por um custo histórico defasado de tarifas previstas no Contrato de Concessão, bem como pelo custo financeiro de emissão das debêntures e investimentos realizados.

Desde 2011, com a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, este cenário de prejuízos acumulados vem sendo revertido.

Os acionistas também efetuaram aportes financeiros por meio de adiantamento para futuro aumento de capital com o objetivo de suprimento do caixa e manutenção do cumprimento de suas obrigações, permanecendo somente no aguardo da conversão em capital social com emissão de novas ações ao valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Fato este que aguarda a decisão em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e Assembleia Geral de Debenturistas (AGD).

Em decorrência da defasagem tarifária no início do contrato e buscando a viabilidade financeira da Companhia, a Assembleia Geral de Debenturistas alterou as condições e características das debentures, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, impactando em redução significativa dos juros financeiros sobre as debentures.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)**

A Administração da Companhia, com base na avaliação do fluxo de caixa futuro da concessão, prevê aumento de receitas com base na atualização de tarifas, no mínimo de reposição inflacionária, e aumento de volume de tratamento, baseado em crescimento populacional e novas indústrias na região. Para completar o equilíbrio econômico financeiro, a Companhia dependerá do reequilíbrio contratual em decorrência do volume micro medido por economia e do investimento nos pós tratamento da ETE.

As Informações anuais da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

1.4. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações contábeis em 27 de março de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis:

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações contábeis anuais da Companhia.

2.4.1. Divulgação de informações por segmento

As receitas da Companhia se concentraram somente na prestação de serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto - SP, consideradas uma única unidade geradora de caixa, não havendo outros segmentos de negócios a serem divulgados. Desta forma, o resultado da Companhia como um todo é o resultado do único segmento operacional e de controle da Administração.

2.4.2. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

- **Receitas:** As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.
- **Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.4.3. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalente de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na nota explicativa nº 15.
- **Passivos financeiros:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.
- **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
 - a) **Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros:** Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

2.4.4. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

- **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

Intangível: Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados pela Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

- **Perda no valor recuperável (impairment):** Na data de cada encerramento anual das demonstrações contábeis, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

2.4.5. Passivo circulante e não circulante

- **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

- **Imposto de renda e contribuição social:** Não há provisão contabilizada desses tributos, pois não foram apuradas bases de apuração de impostos que indicam necessidade de recolhimento de imposto de renda e contribuição social, em razão da Companhia operar com prejuízo até a presente data, bem como quanto a diferenças temporárias existentes entre as bases de cálculo fiscais e os registros contábeis societários. As estimativas de recuperação futura, que a Companhia tem direito sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social e sobre as diferenças temporárias, não foram realizadas, em decorrência da situação descrita anteriormente.
- **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
- **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada que disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.4.6. Ajustes a valor presente (AVP)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita nos respectivos ativos e passivos, e se relevante, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado.

2.4.7. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

2.4.8. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- a) **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.
- b) **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

- c) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.
- d) **Momento de reconhecimento do ativo financeiro:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação de desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.
- e) **Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros:** A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

- f) **Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura:** A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1), (IAS 11) (R) e CPC 30 (R1) (IAS 18) (R). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.
- g) Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

- h) **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

2.5. Mudanças em políticas contábeis.

2.5.1. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1° de janeiro de 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1° de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1° de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da companhia.

2.5.2. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o *IFRS 9 Financial instruments*, o *IFRS 15 Revenue from contracts with customers* e o *IFRS 16 Leases*. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments:

O *IFRS 9* estará vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers:

O *IFRS 15* estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

IFRS 16 Leases:

O *IFRS 16* estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 *Leases*, IFRIC 4 *Determining whether an Arrangement contains a Lease*, SIC-15 *Operating Leases - Incentives* e SIC-27 *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o *IFRS 16* determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro.

Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do *IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers* e *IFRS 9 Financial Instruments* ainda estão sob análise da administração da companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e saldos em conta corrente bancária	280	814
Outros investimentos (*)	363	341
	<u>643</u>	<u>1.155</u>

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2016 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% do CDI.

4. Contas a receber

4.1. Composição:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contas a receber	3.481	2.977
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(511)	(564)
	<u>2.970</u>	<u>2.413</u>

As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre os serviços públicos de tratamento dos esgotos urbanos domésticos e industriais do Município de Salto, em regime de concessão. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram mensuradas considerando todos os títulos vencidos há mais de 180 dias.

5. Intangível

5.1. Composição:

	<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial	71.938	(21.199)	50.739	60.016	(18.365)	41.651
Obras em andamento	78	-	78	7.691	-	7.691
Licença de uso de software	116	(69)	47	116	(46)	70
Indenização efetiva (*)	(1.800)	429	(1.371)	(1.800)	341	(1.459)
	<u>70.331</u>	<u>(20.839)</u>	<u>49.493</u>	<u>66.023</u>	<u>(18.070)</u>	<u>47.953</u>

(*) Em 2014, para definir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a Companhia recebeu da Prefeitura de Salto o montante de R\$ 1.800 que será amortizado até o prazo final da concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

5.2. Movimentação:

	Contratos de concessão valor patrimonial*	Obras em andamento	Licença de uso de software	Total
Custo:				
Saldo inicial	58.216	7.691	116	66.023
Transferências	7.691	(7.691)	-	-
Adições	4.231	78	-	4.309
Saldo final	70.138	78	116	70.332
Amortização acumulada:				
Saldo inicial	(18.024)	-	(46)	(18.070)
Adições	(2.746)	-	(23)	(2.769)
Saldo final	(20.770)	-	(69)	(20.839)
Resumo				
Saldo inicial	40.192	7.691	70	47.953
Transferências	7.691	(7.691)	-	-
Adições	1.485	78	(23)	1.540
Saldo final	49.368	78	47	49.493

5.3. Serviços de construção

	31/12/2016	31/12/2015
Receita de construção	4.309	7.691
Custo de construção	(4.309)	(7.691)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

5.4. Intangíveis decorrentes de contrato de concessão

A Companhia assinou, em 05 de dezembro de 1996, o contrato de concessão juntamente com a Prefeitura Municipal de Salto/SP (poder concedente). Neste contrato estão acordados:

- A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgotos do tipo lodo ativado;
- Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existentes;
- Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelo serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

O prazo de concessão é de 300 meses, iniciando na emissão da primeira “Autorização de serviços”, a qual ocorreu em setembro de 2007, sendo assim, o prazo de concessão se encerra em setembro de 2032. O contrato de concessão estabelece direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público, e prevê que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela ARES-PCJ.

5.5. Intangíveis decorrentes de contrato de concessão

A taxa média de amortização anual comparativa está demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Taxa de Amortização do Intangível	4,15%	4,18%

6. Debêntures

6.1. Composição:

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Debêntures	9.751	55.259	8.690	57.048
	<u>9.751</u>	<u>55.259</u>	<u>8.690</u>	<u>57.048</u>

6.2. Primeira emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de maio de 2004, foi deliberada e aprovada a primeira emissão de debêntures, privadas, escriturais e não conversíveis em ações, compostas de uma única série. Até 31 de dezembro de 2016 as debêntures não foram emitidas.

6.3. Segunda emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2004, foi deliberada e aprovada a segunda emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

A emissão é de 36 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 36.000. A emissão das debêntures públicas foi aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 29 de setembro de 2004, com vencimentos anuais em 1 de junho.

A remuneração pactuada para as debêntures é de 11,5% a.a. acrescida da variação ocorrida no período de 12 meses anterior no IGP-M, com vencimento todo dia 01 de cada mês.

6.4. Alteração nas condições e características das debêntures

Na Assembleia Geral de Debenturistas, em 26 de junho de 2014, foram aprovadas as alterações nas condições e características das debêntures, dando origem ao 3º Aditamento à escritura da 2ª emissão das debêntures. As alterações provenientes destas determinações estão abaixo resumidas:

- As debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços e Mercadorias (IGP-M) emitido pela Fundação Getúlio Vargas, a cada doze meses, a partir de 1º de julho de 2014;
- A partir de 26 de junho de 2014 a remuneração será de 6,25% a.a.;
- Alongamento do prazo da dívida para 120 parcelas mensais sucessivas, onde o primeiro vencimento será 26 de junho de 2015 e o último vencimento será dia 26 de maio de 2025;
- Pagamento de PMT após 26 de setembro de 2015.

6.5. Vencimentos das parcelas do circulante e não circulante (principal e encargos)

	<u>31/12/2016</u>
Vencimento em	
2016	-
2017	9.751
2018	9.751
2019	9.751
2020	9.751
Após 2020	16.255
	<u>55.259</u>

6.6. Condições Restritivas Financeiras - “Covenants”

A escritura das debêntures públicas está sujeita a cláusulas restritivas, a Administração acompanha tempestivamente estas condições, como forma de

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

monitoramento e remediação com os debenturistas, quando necessário, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas.

7. Impostos e contribuições

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
PIS a recolher	16	100
COFINS a recolher	75	460
Outros impostos	20	24
	<u>111</u>	<u>584</u>
Parcelamento Federal	188	-
	<u>188</u>	<u>-</u>
	<u>299</u>	<u>584</u>
Não Circulante		
Parcelamento Federal	673	-
	<u>673</u>	<u>-</u>
	<u>973</u>	<u>584</u>

8. Partes Relacionadas

8.1 Composição geral

	<u>Passivo</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Conasa - Companhia Nacional de Saneamento S.A.	3.034	1.937
	<u>3.034</u>	<u>1.937</u>

Os saldos passivos referem-se a contrato de adiantamento para a realização de obras de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto.

Os saldos ativos referem-se a pagamentos adiantados de debêntures efetuado no exercício de 2012.

	<u>Ativo</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Outras Partes Relacionadas	70	61
	<u>70</u>	<u>61</u>

O grupo econômico não tem como prática interna cobrar juros sobre estas transações, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações, em razão de se utilizarem da premissa de uso de Administração de caixa e recursos centralizados e com remessas e uso de recursos quando necessário pelas empresas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

8.2 Remuneração da administração

As despesas referentes a remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2016, totalizaram R\$ 304 (em 2015 totalizaram R\$ 63).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

9. Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

9.1. Composição por probabilidade de perda

Probabilidade de Perda	Cível	
	31/12/2016	31/12/2015
Provável	118	121
Possível	-	-
Total	118	121

A provisão de contingência no montante de R\$ 118, referem-se às causas cíveis onde são pleiteadas indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

determinadas no momento. Conseqüentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O Capital social é de R\$ 2.000, totalmente subscrito e integralizado, rerepresentado por 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Número de ações	%	Número de ações	%
GPI Participações e Investimentos S.A.	1.000.903	50,05%	1.000.903	50,05%
CONASA - Companhia Nacional de Saneamentos	999.097	49,95%	961.576	48,08%
Roberto Mélega Burin	-	0,00%	37.500	1,88%
Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos	-	0,00%	10	0,00%
Ricardo Kassardjian	-	0,00%	10	0,00%
João Mauro Boschiero	-	0,00%	1	0,00%
	<u>2.000.000</u>	<u>100%</u>	<u>2.000.000</u>	<u>100%</u>

Em 30 de outubro de 2015 a acionista GPI Participações e Investimentos S.A., por força do 1º aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado originalmente em 30 de maio de 2012, cedeu e transferiu à CONASA - Companhia Nacional de Saneamento 48,08%, e em 23 de maio de 2016, os acionistas minoritários também cederam 1,87% para a Companhia, totalizando 49,95% do capital votante correspondente aos direitos relativos à 999.097 ações.

10.2. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A Companhia mantém no patrimônio líquido o seguinte saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) com partes relacionadas:

	31/12/2016	31/12/2015
CONASA - Companhia Nacional de Saneamento	<u>12.574</u>	<u>12.574</u>
	<u>12.574</u>	<u>12.574</u>

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão apresentados no patrimônio líquido, sem a possibilidade de sua devolução e dependendo de autorização dos debenturistas para o aumento de capital. O AFAC foi cedido pela GPI através do contrato de compra e venda de ações e seu primeiro aditivo em sua totalidade à CONASA.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

11. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita bruta de serviços	20.025	17.384
Receitas de construção	4.309	7.691
Devoluções	531	-
Impostos	(1.327)	(1.126)
	<u>23.537</u>	<u>23.948</u>

12. Custos sobre receita de serviços

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custos com pessoal	(630)	(635)
Serviços prestados por terceiros	(950)	(1.215)
Materiais e Insumos	(82)	(109)
Energia elétrica	(1.514)	(1.203)
Amortização	(2.769)	(2.447)
Serviços de limpeza	(15)	-
Custo de construção	(4.309)	(7.691)
	<u>(10.269)</u>	<u>(13.300)</u>

13. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	(761)	(1.070)
PECLD	53	(527)
Aluguéis e locação	(107)	(353)
Serviços prestados por terceiros	(2.298)	(1.074)
Depreciação	(13)	(14)
Despesas com viagem	(82)	-
Outras despesas	(1.148)	(426)
	<u>(4.355)</u>	<u>(3.464)</u>

14. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Juros de aplicações financeiras	28	360
Tarifas de cobrança	(310)	(499)
Juros tributários	(181)	(79)
Juros e demais encargos sobre debêntures	(8.492)	(10.120)
Outras receitas (despesas) financeiras	(17)	95
	<u>(8.973)</u>	<u>(10.243)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Instrumentos financeiros

15.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

15.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

	Categoria	31/12/2016		31/12/2015	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	643	643	1.155	1.155
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	2.970	2.970	2.413	2.413
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	1.014	1.014	258	258
Partes Relacionadas	Custo amortizado	3.034	3.034	1.937	1.937
Debêntures	Custo amortizado	65.010	65.010	65.738	65.738

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

15.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e as debêntures referenciadas a IGPM, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

	Risco	Saldo em risco	Saldo atual	Cenários		
				Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
Ativo financeiro						
Outros investimentos	Redução da taxa CDI	363	41	8	6	4
Passivo financeiro						
Debêntures	Aumento na taxa IGP-M	65.010	2.045	1.531	1.914	2.296
		65.373	2.085	1.539	1.920	2.301

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Vide nota explicativa 4.1.

(c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifária.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

16. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	(59)	(3.001)
Média ponderada de ações em circulação	2.000.000	2.000.000
Resultado por ações - básico - R\$	<u>(0,0295)</u>	<u>(1,5005)</u>

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação - diluído conforme requerido pelo CPC - 41, em razão de não existir fatores de distorção das ações ordinárias da Companhia.

17. Seguros

A Companhia possui seguro de compreensivo empresarial para danos materiais e lucros cessantes, da Estação de Tratamento de Esgoto e do Prédio Comercial, com vigência de 05/07/2016 a 05/07/2017 e 30/04/2016 a 30/04/2017, respectivamente. Abaixo os valores em risco:

	<u>Valor em risco</u>	
	<u>Danos materiais</u>	<u>Lucros cessantes</u>
Estação de tratamento de esgoto	21.900	
Prédio Comercial	600	6.000
	<u>22.500</u>	<u>6.000</u>

Demonstramos a seguir, o limite máximo de indenização:

<u>Cobertura</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>
Incêndio, raio e explosão	13.144
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	534
Danos elétricos	2.434
Danos materiais	72
Roubo e/ou furto qualificado de bens	52
Roubo de valores	30
Responsabilidade civil operações	112
Alagamento / inundação	100
Salvamento, limpeza e/ou desentulho	10
Tumulto, greve, lock-out	12
Lucros cessantes	6.000
	<u>22.500</u>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)**

As premissas adotadas para a avaliação da importância segura e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 32.793 (31 dezembro de 2015 - R\$ 31.670), que resultariam em um saldo de Imposto de renda e Contribuição social diferidos nos montantes de R\$ 8.198 e R\$ 2.951, respectivamente (31 de dezembro de 2015 - R\$ 7.917 e R\$ 2.850, respectivamente, incluindo os efeitos de provisão para contingências.

Entretanto, em virtude de não haver histórico de lucro tributável nos últimos anos, a Companhia não efetuou o registro contábil dos mesmos em 2016.

Conforme a legislação fiscal, o prejuízo fiscal e a base negativa de Contribuição Social não prescrevem. Entretanto, em períodos com lucros fiscais, somente 30% do lucro pode ser compensado com prejuízos fiscais de anos anteriores.

19. Outros compromissos

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações contábeis da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

A Empresa de Auditoria Independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social além da Auditoria Externa.

*

*

*